



SINTRAM



RELEASE À IMPRENSA · PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Divinópolis (MG) · 22 de junho de 2026

Sindicatos entregam proposta alternativa para a reforma da Previdência e lançam cartilha sobre o futuro do DIVIPREV

SINTRAM e SINTEMD entregaram à prefeita Janete Aparecida Silva um documento técnico-jurídico com 24 propostas de aperfeiçoamento ao PLC nº 008/2026 e lançaram, no mesmo dia, uma cartilha em linguagem clara que compara o projeto da Prefeitura às alternativas defendidas pelos sindicatos. O objetivo é conciliar a sustentabilidade financeira do regime com a proteção de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

DOCUMENTO OFICIAL · PROPOSTAS DOS SINDICATOS

[Clique e leia o documento oficial com as propostas dos sindicatos](#) (inserir link)

Divinópolis (MG), 22 de junho de 2026 — Os Sindicatos dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste de Minas Gerais (SINTRAM) e dos Trabalhadores da Educação Municipal de Divinópolis (SINTEMD) entregaram nesta segunda-feira (22), às 13h, à prefeita Janete Aparecida Silva, o documento *Propostas de Aperfeiçoamento ao Projeto de Lei Complementar nº 008/2026*, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do município, o DIVIPREV. No ato do protocolo, os representantes das entidades também anunciaram o lançamento de uma cartilha institucional que explica a reforma em linguagem clara. Reunindo 24 propostas de alteração ao texto do Executivo, o material oferece alternativas técnicas para tornar a reforma mais equilibrada, sem abrir mão da responsabilidade fiscal e do equilíbrio atuarial do regime.

Um trabalho técnico e participativo

As propostas resultam de semanas de estudos técnicos conduzidos pela assessoria jurídica previdenciária dos sindicatos, a cargo dos advogados André Rodrigues e Farlandes Guimarães, da Rodrigues e Guimarães Sociedade de Advogados, especializada em Direito Previdenciário. O trabalho partiu da análise integral do projeto encaminhado pela Prefeitura e foi enriquecido por um amplo processo de escuta: servidores ativos, aposentados e pensionistas enviaram sugestões por diferentes canais de participação, depois sistematizadas pela equipe técnica.

O texto final foi submetido à Assembleia Geral dos servidores, realizada em 18 de junho de 2026, e aprovado pela maioria dos presentes. Para fundamentar as sugestões, os sindicatos protocolaram, em 11 de junho, requerimento de informações com 21 perguntas dirigidas à Prefeitura, à Secretaria de Fazenda e ao DIVIPREV, respondido pelo Ofício DIVIPREV nº 714/2026. Os dados oficiais mostram um regime que mantém o pagamento regular de aposentadorias e pensões e conta com patrimônio garantidor de aproximadamente R\$ 630 milhões. O déficit apontado, de R\$ 2,62 bilhões em 31 de dezembro de 2025, é de natureza atuarial — uma projeção de longo prazo — e não um problema de caixa imediato, o que,

segundo as entidades, recomenda um ajuste construído com responsabilidade e ao longo do tempo.

Cartilha traduz a reforma em linguagem clara e comparativa

Principal novidade do lançamento de hoje, a cartilha institucional do SINTRAM e do SINTEMD foi concebida para que qualquer pessoa — servidor, aposentado, pensionista, vereador ou cidadão — compreenda a reforma. Em linguagem didática, com quadros comparativos, infográficos e uma seção de perguntas e respostas, a publicação coloca lado a lado o que prevê o projeto original da Prefeitura (PLC nº 008/2026) e o que defendem os sindicatos em suas propostas de aperfeiçoamento, explicando, em cada ponto, o efeito sobre a sustentabilidade do DIVIPREV e a razão de cada alternativa.



LANÇAMENTO DE HOJE · CARTILHA INSTITUCIONAL

“Reforma da Previdência de Divinópolis” reúne, em linguagem acessível, os números do regime, o que propõe o PLC nº 008/2026 e as alternativas dos sindicatos, com quadros comparativos ponto a ponto e respostas às 20 dúvidas mais frequentes da categoria.

[Clique e leia a cartilha](#) (inserir link)

Ao reunir, em um único material, o diagnóstico técnico e a comparação entre as duas propostas, a cartilha cumpre um papel de transparência: oferece à categoria, aos vereadores e à sociedade os elementos para acompanhar o debate com informação qualificada. A iniciativa reforça a estratégia das entidades de qualificar a discussão, e não apenas resistir a ela.

Mobilização e diálogo

Para o presidente do SINTRAM, Marco Aurélio Gomes, o documento traduz a maturidade da categoria. *“Este trabalho nasceu da mobilização e da união dos servidores. Em vez de apenas reagir, nós nos organizamos, estudamos o projeto e ajudamos a construir alternativas concretas. O papel do sindicato é exatamente esse: ouvir a categoria, qualificar o debate e chegar à mesa de negociação com propostas na mão, e não com confronto. Acreditamos no diálogo e na construção coletiva como o melhor caminho para uma reforma justa”,* afirma.

O presidente do SINTEMD, Rodrigo Rodrigues Ferreira, destaca a força do trabalho participativo e o esforço de informação. *“Mobilizamos professores, aposentados e pensionistas, ouvimos suas preocupações e as transformamos em propostas tecnicamente sólidas. E fomos além: lançamos uma cartilha que explica a reforma em linguagem clara, para que cada servidor e cada cidadão entenda o que está em jogo. Defendemos uma reforma que reconheça o desgaste de quem dedicou a vida à sala de aula e que proteja as famílias. Estamos abertos ao diálogo com a Prefeitura e confiantes de que é possível chegar a um bom entendimento”,* afirma.

A assessoria técnica enfatiza o caráter construtivo do documento. *“Não se trata de inviabilizar a reforma, mas de aperfeiçoá-la. Cada proposta observa o equilíbrio financeiro e atuarial do DIVIPREV e a exigência constitucional de prévia fonte de custeio”,* explica o advogado André Rodrigues. Para o também previdenciarista Farlandes Guimarães, *“uma reforma tecnicamente bem construída reduz a judicialização, que gera custo ao município e*

insegurança ao servidor. As alternativas que apresentamos distribuem o esforço de forma proporcional e dialogam com a Constituição e com a jurisprudência dos tribunais superiores”.

O que muda com as propostas

Entre as medidas, os sindicatos propõem reduzir em dois anos as idades mínimas de aposentadoria — de 60/65 para 58/63 anos no quadro geral e de 55/60 para 53/58 anos no magistério; preservar a aposentadoria especial sem idade mínima para quem trabalha exposto a agentes nocivos; calcular o benefício descartando as 20% menores contribuições; e antecipar para 15 anos de contribuição o acréscimo anual no valor do provento. Na proteção às famílias, garantem piso de 70% à pensão quando houver um único dependente e reforçam o amparo ao dependente inválido ou com deficiência.

No custeio, a proposta substitui as alíquotas de 12,5% a 21% por uma escala reduzida e escalonada, de 7,5% a 14%, calculada por faixa, e prevê que aposentados e pensionistas contribuam apenas sobre a parcela que superar o teto do INSS. As entidades também pedem que a chamada segregação de massas só seja adotada mediante estudo comparativo que comprove ser a medida mais vantajosa, atribuindo ao ente público o custeio do déficit, sem transferi-lo aos servidores. O conjunto busca preservar direitos, promover o equilíbrio atuarial e evitar medidas excessivamente gravosas a quem contribuiu por toda a vida.

Próximos passos

A entrega do documento abre a fase de negociação com o Executivo. Ainda nesta segunda-feira (22), à tarde, as propostas de aperfeiçoamento e a cartilha serão entregues aos vereadores, ampliando o alcance do debate junto à Câmara Municipal. Reuniões técnicas entre os sindicatos, a assessoria jurídica e a equipe da Prefeitura estão previstas entre os dias 22 e 30 de junho de 2026, com o último encontro marcado para 30 de junho.

A cada rodada de reuniões com a Prefeitura, os sindicatos avaliarão a necessidade de realizar nova assembleia com os servidores, para comunicar o andamento das negociações e deliberar sobre os próximos passos. Concluída a fase de negociação técnica, a tendência é que o PLC nº 008/2026 retome sua tramitação na Câmara Municipal, já com os ajustes resultantes das reuniões entre sindicatos e Prefeitura, passando a discussão a ocorrer no âmbito do Legislativo municipal.

Ao apresentar alternativas, e não apenas resistência, o SINTRAM e o SINTEMD reafirmam o compromisso com o diálogo institucional, a transparência e a construção de uma reforma que proteja, ao mesmo tempo, o equilíbrio do DIVIPREV e o futuro de milhares de famílias divinopolitanas.

###

SOBRE AS ENTIDADES

O SINTRAM — Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste de Minas Gerais e o SINTEMD — Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal de Divinópolis representam os servidores públicos municipais de Divinópolis na defesa de seus direitos e na construção de soluções para o serviço público. A assessoria jurídica previdenciária das entidades é conduzida pela Rodrigues e Guimarães Sociedade de Advogados, dos professores e advogados André Luís Rodrigues (OAB/MG 138.423) e Farlandes de Almeida Guimarães Júnior (OAB/MG 150.737).